

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.885 - MG (2019/0300961-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : ANA LUIZA PAIVA PIMENTA DA ROCHA (PRESO)
ADVOGADOS : ANDRÉ MYSSIOR - MG091357
LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - MG111202
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por ANA LUIZA PAIVA PIMENTA DA ROCHA contra acórdão proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.098659-6/000.

Consta dos autos que a recorrente foi denunciada, em concurso com outros corréus, como incurso no art. 89 da Lei n. 8.666/1993. Após o recebimento da denúncia, a defesa impetrou *habeas corpus* buscando, em síntese, o trancamento da ação penal, alegando inépcia da denúncia e atipicidade da conduta imputada, além de nulidade da decisão que confirmou o recebimento da denúncia, por falta de fundamentação.

A ordem foi denegada por meio de acórdão que recebeu a seguinte ementa (e-STJ, fl. 453):

EMENTA: HABEAS CORPUS – DISPENSA DE LICITAÇÃO – CONDUTA PREVISTA NO ART. 89 DA LEI 8.666/93 – INÉPCIA DA DENÚNCIA – NÃO ACOLHIDA – NEGATIVA DE AUTORIA – MATÉRIA DE MÉRITO – TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL – INADIMISSIBILIDADE – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. Não se pode acoimar de inepta a denúncia que preenche os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, descrevendo de forma circunstanciada os fatos e a conduta apontada como delituosa, possibilitando o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa. Em sede de habeas corpus não é possível a análise da conduta delituosa atribuída ao paciente, isso porque se trata de matéria de mérito, demandando análise detida, podendo repercutir no desfecho da demanda criminal, mas não sobre a conveniência de se manter o paciente preso. Na estreita via do habeas corpus, em que a cognição é sumária, somente se cogita o trancamento da ação penal em situações excepcionais,

Superior Tribunal de Justiça

quando demonstrada, de plano, a absoluta falta de prova, a atipicidade da conduta ou a ocorrência de causa extintiva da punibilidade.

Neste recurso, sustenta, em primeiro lugar, que é nula a decisão que confirmou o recebimento da denúncia, já que não apresentou fundamentação jurídica suficiente. Alega que a tese de falta de justa causa para a persecução penal, amparada na ausência de dano ao erário e demonstração de dolo específico do agente, não foi apreciada pelo magistrado singular, nem pelo Tribunal *a quo*, que denegou a ordem de *habeas corpus*.

Assevera que a inicial acusatória apenas indica que a contratação sem prévio procedimento licitatório foi feita em desacordo com a legislação pertinente deixando de demonstrar a ocorrência de prejuízo aos cofres públicos e o dolo específico de causar dano ao patrimônio público.

Diante disso, requer, liminarmente, que se suspenda o curso da ação penal manejada em desfavor da recorrente. No mérito, busca o trancamento do feito.

É o relatório. **Decido.**

A concessão de liminar em *habeas corpus* não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto. Exige-se, para sua concessão, a presença simultânea da plausibilidade jurídica do pedido e a possibilidade de lesão irreparável ao direito tutelado, situações não verificadas, de plano, nestes autos.

Acerca do tema trazido nesta impetração, o trancamento da ação penal pela via do *habeas corpus* é medida excepcional, aplicada nas hipóteses de manifesta atipicidade da conduta ou constatação, *prima facie*, de causa de extinção da punibilidade, ou quando se verifica que não existem indícios mínimos de autoria e materialidade, situações não verificadas no caso destes autos.

Superior Tribunal de Justiça

A denúncia informa que, em julho de 2010, foi firmado um contrato entre a Prefeitura Municipal de Congonhas, Minas Gerais e o escritório de advocacia Paiva & Cerqueira Advogados Associados. O contrato não foi precedido de procedimento licitatório, sob a alegação de que era notória a especialização do citado escritório na prestação de serviços singulares de assessoria e consultoria jurídica.

Neste caso, as alegações defensivas dependem de análise mais aprofundada dos elementos colacionados aos autos, de modo que o exame do pleito liminar se imbrica com o próprio mérito da impetração, que será analisado oportunamente, sendo certo que, ao menos em sede de cognição sumária e perfunctória, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Assim, imperioso um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator